



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes



REQUERIMENTO Nº RQ 3783/2018 2018
(Do Senhor Deputado Claudio Abrantes)

Em, 11/12/18
[assinatura]
Secretaria Legislativa

Requer a prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 406/2018.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.

Com fulcro no art. 175, VII, do Regimento Interno desta Casa, requero de Vossa Excelência a declaração de prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 406/2018, de autoria do Deputado Delmasso, cujo assunto é o mesmo do PDL nº 387/2018, de minha autoria, tramitando desde de 19 de junho de 2018, sendo inclusive mais abrangente que a proposições ora em apreço.

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3783/2018
Folha Nº 01 [assinatura]

JUSTIFICAÇÃO

Na sessão de 14 de junho de 2018, apresentei o Projeto de Decreto Legislativo nº 387/2018 que "***Susta os efeitos da Instrução número 187, de 07 de agosto de 2017, editado pelo transporte Urbano do Distrito Federal, fixando novos preços públicos a serem praticados para utilização dos espaços públicos dos Terminais Rodoviários do Distrito Federal das Estações do BRT, mensalmente, cobrados proporcionalmente à área ocupada***".

Posterior a ele foi apresentado o Projeto de Decreto Legislativo nº 406/2018, lido em Plenário em 13 de novembro de 2018, de autoria do Dep. Delmasso, versando sobre matéria correlata.

O Regimento Interno, em seu art. 154, determina que quando tratar de matéria **ANÁLOGA** ou **CORRELATA** as proposições terão tramitação conjunta.

Por definição, quanto às matérias em trâmite, considera: **ANÁLOGA** o ponto de semelhança entre coisas diferentes; **CORRELATA** o que já tem alguma ligação com o tema; e, **IGUAL TEOR**, o que reproduz pelo jogo de palavras uma mesma situação.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes



Os PDLs mencionados são de igual teor e têm o mesmo objetivo, portanto não podem tramitar em conjunto. Como a leitura do PDL 387/2018 é antecedente, as suas numerações assim declaram, e por ser de igual teor, não foi observada a regra regimental de prejudicialidade do PDL 406/2018.

Destarte, o Regimento da Casa, em seu art. 176, *Caput*, estabelece nestes casos que compete ao Presidente, de ofício ou mediante provocação de qualquer Deputado, declarar a prejudicialidade de matéria pendente de deliberação.

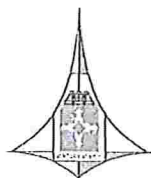
Art. 176. O Presidente da Câmara Legislativa, de ofício ou mediante provocação de qualquer Deputado Distrital ou comissão, declarará prejudicada a matéria pendente de deliberação:

Por todo o exposto, solicito a declaração de prejudicialidade do PDL nº 406/2018, tendo em vista ser o mesmo, matéria da mesma espécie, já abarcada no PDL 387/2018, lido em plenário em 14 de junho de 2018, de minha autoria.

Sala das Sessões, em de de 2018

Deputado **CLAUDIO ABRANTES**
PDT/DF

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3783 / 2018
Folha Nº 02 UH



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO- PRB/DF

Em 08/11/18
L/D/C
Em 13/11/18
Secretaria Legislativa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º PDL 406 /2018 18

(Do Senhor Deputado DELMASSO)

Susta os efeitos da Instrução n.º 187, de 07 de agosto de 2017, do Transporte Urbano do Distrito Federal-DFTRANS, que fixa novos preços públicos a serem praticados para utilização dos espaços públicos dos Terminais Rodoviários do Distrito Federal e das Estações do BRT.

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3783/2018
Folha Nº 03

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

Art. 1º Fica sem efeito a Instrução n.º 187, de 07 de agosto de 2017, do Transporte Urbano do Distrito Federal-DFTRANS, publicada no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 09 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

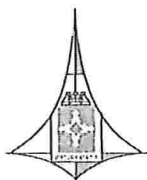
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O transporte Urbano do Distrito Federal-DFTRANS, por meio de seu Diretor-Geral, fez publicar no Diário Oficial do Distrito Federal de 09 de agosto de 2017 a Instrução de nº 187, de 07 de agosto de 2017, que "fixa novos preços públicos a serem praticados para utilização dos espaços públicos dos Terminais Rodoviários do Distrito Federal e das Estações do BRT" cobrados pela Autarquia, com vistas a compensar perdas com inflação.

Neste sentido o presente Projeto de Decreto Legislativo tem por finalidade sustar os efeitos da referida Instrução em decorrência do fato de que os ajustes dos preços públicos sobrepõem o aumento da inflação detectada no período.

4470322
Setor Protocolo Legislativo
PDL Nº 406/2018
Folha Nº 01




CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO- PRB/DF

Importante realçar que a referida instrução estabelece reajustamento dos referidos preços públicos com atualização pelo Índice Geral de Preços de Mercado-IGPM, utilizando-se como índice base o valor apresentado no mês de maio de 2018 devendo, ainda, ser o referido índice praticado para os demais meses de 2018 que, conforme planilha apresentada pela Fundação Getúlio Vargas-FGV, era no mês de maio de 1,38 pontos percentuais e agora, no último mês de outubro do corrente ano, de 0,89 pontos percentuais.

Destaca-se, portanto, que o índice apontado como valor base é muito maior que o índice do último mês de outubro do corrente ano. Confira-se abaixo evolução do referido índice apresentada pela Fundação Getúlio Vargas-FGV (FONTE: <https://www.portalbrasil.net/igpm.htm>):

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Out/2018	0,89	9,2618	12,1846	1.729,8660
Set/2018	1,52	8,2979	10,0496	1.714,6060
Ago/2018	0,70	6,6764	8,9114	1.688,9342
Jul/2018	0,51	5,9349	8,2624	1.677,1938
Jun/2018	1,87	5,3974	6,9376	1.668,6835
Mai/2018	1,38	3,4626	4,2712	1.638,0519

Ainda, segundo matéria publicada no site do G1, em 30 de outubro de 2018, no tópico economia, a Fundação Getúlio Vargas(FGV) informou que o IGP-M, conhecido por ser utilizado para reajustar o aluguel e preços públicos, apresentou desaceleração no último mês de outubro, por sofrer influência da queda do dólar, além das cotações internacionais de produtos primários, como as commodities e metais.

Com efeito, baseado nos valores acima apresentados, é crível destacar que os reajustes para os valores indicados pela referida instrução e atualizáveis pelo Índice Geral de Preços de Mercado-IGPM, conforme estabelecido pelo art.2º da reportada instrução, são mais elevados que os valores atuais. 

Setor Protocolo Legislativo
RD Nº 3783 / 2018
Folha Nº 03 de 09

Setor Protocolo Legislativo
RD Nº 406 / 2018
Folha Nº 02 de 02



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO- PRB/DF



Ante o delineado e ainda, com fulcro no art.60, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, é que se requer que a Instrução n.º 187/2017 do Transporte Urbano do Distrito Federal-DFTRANS tenha seus efeitos cessados, de forma a coibir os referidos reajustes, razão pela qual peço o apoio dos Nobres Parlamentares para que juntos aprovemos o presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em


Deputado **DELMASSO**
Autor

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3783 / 2018
Folha Nº 04 16611

Setor Protocolo Legislativo
PDL Nº 406 / 2018
Folha Nº 03 1510

Assunto: Distribuição do **Projeto de Decreto Legislativo nº 406/18** que "Susta os efeitos da Instrução nº 187, de 07 de agosto de 2017, do Transporte Urbano do Distrito Federal-DFTRANS, que fixa novos preços públicos a serem praticados para utilização dos espaços públicos dos Terminais Rodoviários do Distrito Federal e das Estações do BRT".

Autoria: Deputado(a) Delmasso (PRB)

Ao **SPL** para indexações, em seguida ao **SACP**, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, em análise de mérito e admissibilidade na **CCJ** (RICL, art. 63, III, "j" e inciso I).

Em 13/11/18



MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Legislativo

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3783 / 2018
Folha Nº 04 verso

Setor Protocolo Legislativo
PDL Nº 406 / 2018
Folha Nº 04



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Cláudio Abrantes

L I D O
Em 19/06/18
Secretaria Legislativa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº

PDL 387 /2018

(Do Sr. Deputado Cláudio Abrantes)

Setor Protocolo Legislativo¹
PDL Nº 387 / 2018
Folha Nº 01 mc

Susta os efeitos da Instrução número 187, de 07 de agosto de 2017, editada pelo Transporte Urbano do Distrito Federal, fixando novos preços públicos a serem praticados para utilização dos espaços públicos dos Terminais Rodoviários do Distrito Federal das Estações do BRT, mensalmente, cobrados proporcionalmente à área ocupada.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º - Ficam sustados os efeitos da Instrução nº 187, de 07 de agosto de 2017.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Setor Protocolo Legislativo
RD Nº 3783 / 2018
Folha Nº 05

JUSTIFICAÇÃO:

Preliminarmente - Cabimento da Proposição:

A proposição em questão firma-se na competência atribuída pela Lei Orgânica do Distrito Federal a esta Casa, para sustar os atos do Poder Executivo que importem em desobediência do poder regulamentar.

Assim dispõe a Carta Política do Distrito Federal:

"Art. 60. Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal:

(...)

VI – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, configurando crime de responsabilidade sua reedição;"

Outrossim, além da autorização legal já demonstrada, o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, entendeu que ao Poder Legislativo compete sustar ato administrativo abusivo, sendo certo que a questão assim foi resolvida:

"CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, REQUISITOS MATERIAIS. ARTS.

SECRETARIA LEGISLATIVA
Recebi em 19/06/2018
Assinatura
Maficouis



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Cláudio Abrantes



60, VI E 100, XXVI, DA LODF. COMPETE AO PODER EXECUTIVO O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E ATOS ADMINISTRATIVOS.

É juridicamente possível o controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo distrital que viole a LODF. Para análise do controle de constitucionalidade das espécies normativas, necessário é averiguar a presença de vícios formais e materiais. Considerando que o Decreto Legislativo nº 991/02 objetiva a suspensão dos efeitos dos itens constantes no Decreto nº 17.079/95 e 19.265/98, resta claro que o ato normativo extrapolou, de fato, os limites estabelecidos, eis que ao Poder Legislativo compete tão-somente sustar o ato abusivo. Vale registrar que os Decretos nº 17.079/95 e 19.265/98 disciplinam a cobrança de preço público para a utilização, por particulares, de espaço de logradouros ou áreas públicas do Distrito Federal, nos quais a princípio, não há qualquer exorbitância do poder regulamentar."¹

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3783 / 2018
Folha Nº 05 Vendo

Setor Protocolo Legislativo
PDL Nº 387 / 2018
Folha Nº 02 MC

Posta tais questões verifica-se, pois, ser cabível o presente Projeto de Decreto Legislativo para o controle de constitucional de ato normativo, inclusive o ora atacado.

Em prosseguimento, cabem os seguintes argumentos:

Trata-se de questão vinculada ao Direito Administrativo - *direito público* - versando, pois, atingir princípios e regras que disciplinam a função administrativa e que abrange entes, órgãos, agentes e atividades desempenhadas pela Administração Pública na consecução do interesse público.

De se notar que a função administrativa é a atividade do Estado de dar cumprimento aos comandos normativos para realização dos fins públicos, sob regime jurídico administrativo, por atos passíveis de controle.

Ainda que a função administrativa possa ser exercida pelos poderes legislativo e judiciário, em geral esta se concentra como atividade básica do Poder Executivo e, para

¹ Órgão	: CONSELHO ESPECIAL
Classe	: ADI - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Num. Processo	: 2002 00 2 009692-5
Requerente	: GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Procurador	: IRAN MACHADO NASCIMENTO
Relator	: HERMENEGILDO GONÇALVES
Acórdão	: 203525



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Cláudio Abrantes



se evitar qualquer tipo de excesso por qualquer dos poderes do Estado, dá-se a aplicação do sistema de Freios e Contrapesos, consistente na contenção do poder pelo poder, ou seja, ainda que respeitada a autonomia e independência² dos Poderes da União, o exercício de cada uma das funções do Estado pode e deve ser controlada pelos demais poderes, sendo certo, ainda, que à Administração Pública somente é permitida a realização de ações (atos administrativos) expressamente autorizadas em Lei³, situação que se coaduna com a expressão utilizada por Seabra Fagundes - *ao se referir à Administração Pública* - no sentido de que "Administrar é aplicar a lei de ofício".

Enfim, de acordo com Di Pietro ato administrativo nada mais é do que a declaração do Estado - *em todas as suas esferas* - ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância de lei (expressão genérica), sob regime de direito público e sujeita ao controle estabelecido no sistema de freios e contrapesos ou pelo judiciário. É o caso.

No caso em espécie, ao ser editada a Instrução nº 187, de 07 de agosto de 2017, a administração pública indireta, nos moldes do artigo 7º, inciso II, alínea "c", representada pelo Senhor Diretor-Geral do Transporte urbano do Distrito Federal - *DFTRANS* - assim foi expressa:

"INSTRUÇÃO Nº 187, DE 07 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o art. 7º, do Regimento Interno desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 27.660, de 24 de janeiro de 2007, combinado com o Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE:

Art. 1º Fixar os novos preços públicos, conforme tabelas abaixo, a serem praticados para utilização dos espaços públicos dos Terminais Rodoviários do Distrito Federal e das Estações do BRT, mensalmente, cobrados proporcionalmente à área ocupada:

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3783 / 2018
Folha Nº 06

Setor Protocolo Legislativo
PDL Nº 387 / 2018
Folha Nº 03

² Constituição Federal, Art. 2º.

³ Princípio Constitucional da Legalidade.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Cláudio Abrantes



NÍVEL I	TERMINAL	DATA DO ESCALONAMENTO	PREÇO PÚBLICO
	Asa Sul Asa Norte Metropolitano Plano Piloto	1 de janeiro	RS 28,63
		1 de fevereiro	RS 32,05
		1 de março	RS 35,47
		1 de abril	RS 38,89
		*1 de maio	RS 42,31
NÍVEL II	TERMINAL	DATA DO ESCALONAMENTO	PREÇO PÚBLICO

	Águas Claras Brazlândia Central *** BRT Floricultura BRT Gama BRT Santa Maria Gama Central *** Planaltina Sobradinho I *** Taguatinga QNL Parangóla São Sebastião	1 de janeiro	RS 16,66
		1 de fevereiro	RS 21,35
		1 de março	RS 26,04
		1 de abril	RS 30,73
		1 de maio*	RS 35,42
		DATA DO ESCALONAMENTO	PREÇO PÚBLICO
NÍVEL III	TERMINAL	DATA DO ESCALONAMENTO	PREÇO PÚBLICO
	Brazlândia Veredas BRT CAUB BRT Giranga do Ipê BRT Park Way BRT Periquito BRT Santos Dumont BRT SMIPW BRT Vargem Bonita Ceilândia P Sul Ceilândia P Norte Ceilândia Setor O Ceilândia QNO/QR Cruzeiro Novo Gama Sul Guará I Guará II Itapoã Núcleo Bandeirante Recanto das Emas II Riacho Fundo I Riacho Fundo II Samambaia Norte Samambaia Sul Santa Maria Q.401 Sciã/Estrutural Sobradinho II Sobradinho-Mini Taguatinga M Norte Várzea Vicente Pires	1 de janeiro	RS 13,27
		1 de fevereiro	RS 14,56
		1 de março	RS 15,85
		1 de abril	RS 17,14
		1 de maio*	RS 18,43
		DATA DO ESCALONAMENTO	PREÇO PÚBLICO

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3783 / 2018
Folha Nº 06 Vento

Setor Protocolo Legislativo
PDL Nº 387 / 2018
Folha Nº 04 MC

* O valor alcançado no mês de maio de 2018 será o praticado para os demais meses de 2018, conforme seu respectivo nível.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Cláudio Abrantes



** Valor a ser atualizado pelo IGPM, ou outro índice que o substitua, em janeiro de 2019.

*** Esses terminais terão a cobrança fixada para o nível III, temporariamente, qual seja, preço público de R\$ 18,43, conforme decisão exarada nos autos do processo administrativo nº 0098.000.472/2017.

Art. 2º O preço público final de que trata o artigo anterior será corrigido anualmente com base no Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM ou em outro índice que o substitua.

Art. 3º Os novos preços tratados no artigo 1º serão devidos a partir do dia 01/01/2018.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 3783 / 2018

Folha Nº 07

LÉO CARLOS CRUZ"

Na questão vertente, por imperioso, é necessário ser observado que o DFTRANS⁴, ao editar a medida ora atacada, extrapolou seus poderes administrativos, posto que exorbitando os limites de suas competências, quais sejam "***planejar, gerir, controlar e fiscalizar os serviços de transporte público e privado***" - Decreto nº 27.660/2017, art. 3º, inciso I - através da instrução ora atacada, ao arrepio das normas legais, resolveu ***fixar os novos preços públicos, para utilização dos espaços públicos dos Terminais Rodoviários do Distrito Federal e das Estações do BRT***, valores estes a serem cobrados, mensalmente, de forma proporcional à área ocupada.

No mesmo norte de se verificar que o antigo Departamento de Transportes Urbanos da Secretaria de Transportes do Distrito Federal - DTU, nos moldes da lei nº 241, de 1992, foi transformado em autarquia, com a denominação de Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal - DMTU/DF, sendo, então, vinculado à Secretaria de Transportes, quando passou a ser gestor do Sistema de Transporte Público Coletivo e do fundo de Transporte Público Coletivo do DF, passando a ter como atribuições "***o planejamento, a avaliação de desempenho, a caracterização da demanda e da oferta de serviços, a elaboração dos estudos dos custos de serviços e dos níveis tarifários, a testão, o controle e a fiscalização dos serviços públicos de passageiros, a administração e a operação de terminais***", sem, contudo, ter entre suas atribuições a ***FIXAÇÃO*** de preço público.

Setor Protocolo Legislativo

PD Nº 384 / 2018

Folha Nº 05

⁴ Designação atribuída ao antigo DMTU/DF, como estabelecido no Decreto nº 23.902/2003.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Cláudio Abrantes



Ad argumentandum tantum, apenas pelo prazer do debate, ainda que possível fosse a instituição ou aumento de tributo⁵ - preço público - por parte do Senhor Diretor-Geral do Transporte Urbano do Distrito Federal, ainda assim, a majoração pretendida deveria se revestir de forma legal sendo efetuada através de lei e não de instrução.

Outrossim, além da patente ilegalidade do ato administrativo, merece destaque o fato de que aumento estabelecido por metro quadrado dos espaços públicos dos terminais rodoviários e estações do BRT, guardadas as devidas proporções, podem ser comparados com valores cobrados em shoppings localizados nas mais diversas regiões administrativas, situação que demonstra que, aliada à inconstitucionalidade da medida, se encontra a absoluta falta de razoabilidade e moralidade do ato administrativo, ainda mais se considerado que na tabela publicada, o nível I teve aumento de 49,45%, o nível II de 112,60% e o Nível III de 38,9%, gerando, pois, média de 67%, entre o dia 1º de janeiro e 1º de maio.

De tal sorte, consideradas a ilegalidade, a ganância estatal e o descalabro da Instrução número 187, de 07 de agosto de 2017, que além de inconstitucional visa apenas e tão somente a obtenção de lucro fácil, certamente visando fortalecer os cofres do Estado, às custas dos permissionários, conclamo os nobres pares para aprovarem a presente proposição.

Sala das Sessões, em _____ de 2018.

Setor Protocolo Legislativo

PDL Nº 387 / 2018

Folha Nº 06 MC

Deputado **CLAUDIO ABRANTES**

PDT

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 3783 / 2018

Folha Nº 07 de 09

Deputado **CLAUDIO ABRANTES**

PDT

Deputado **AGACIEL MAIA**

PR

Deputada **CELINA LEÃO**

PP

Deputado **CHICO LEITE**

REDE

Deputado **CHICO VIGILANTE**

PT

Deputado **CRISTIANO ARAÚJO**

PSD

⁵ Código Tributário Nacional Art. 5º Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria e Constituição Federal, art. 150, inciso I



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Cláudio Abrantes



Deputado **JOE VALLE**
PDT

Deputado **JUAREZÃO**
PSB

Deputado **JULIO CÉSAR**
PRB

Deputada **LILIANE RORIZ**
PROS

Deputado **LIRA**
PHS

Deputada **LUZIA DE PAULA**
PSB

Deputado **Prof. ISRAEL**
PV

Deputado **Prof. REGINALDO VERAS**
PDT

Deputado **RAFAEL PRUDENTE**
MDB

Deputado **RAIMUNDO RIBEIRO**
MDB

Deputado **RENATO ANDRADE**
PR

Deputado **RICARDO VALE**
PT

Deputado **ROBÉIRO NEGREIROS**
PSD

Deputado **RODRIGO DELMASSO**
PRB

Deputada **SANDRA FARAJ**
PR

Deputada **TELMA RUFINO**
PROS

Deputado **WASNY DE ROURE**
PT

Deputado **WELLINGTON LUIZ**
MDB

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3783 / 2018
Folha Nº 08

Setor Protocolo Legislativo
PDL Nº 387 / 2018
Folha Nº 07



SINJ-DF

SISTEMA INTEGRADO DE NORMAS JURÍDICAS DO DF

INSTRUÇÃO Nº 187, DE 07 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o art. 7º, do Regimento Interno desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 27.660, de 24 de janeiro de 2007, combinado com o Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE:

Art. 1º Fixar os novos preços públicos, conforme tabelas abaixo, a serem praticados para utilização dos espaços públicos dos Terminais Rodoviários do Distrito Federal e das Estações do BRT, mensalmente, cobrados proporcionalmente à área ocupada:

NÍVEL I	TERMINAL	DATA DO ESCALONAMENTO	PREÇO PÚBLICO
	Asa Sul Asa Norte Metropolitano Plano Piloto	1 de janeiro	R\$ 28,63
		1 de fevereiro	R\$ 32,05
		1 de março	R\$ 35,47
		1 de abril	R\$ 38,89
		*1 de maio	R\$ 42,31
NÍVEL II	TERMINAL	DATA DO ESCALONAMENTO	PREÇO PÚBLICO

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 3783 / 2018

Folha Nº 08 Assinatura

Setor Protocolo Legislativo

PPL Nº 387 / 2018

Folha Nº 08 mc

NÍVEL III	Águas Claras Brazlândia Central *** BRT Planaltina BRT Gama BRT Santa Maria Gama Central *** Planaltina Sobradinho I *** Taguatinga QNL Paranoá São Sebastião	1 de janeiro	RS 16,66
		1 de fevereiro	RS 21,35
		1 de março	RS 26,04
		1 de abril	RS 30,73
		1 de maio*	RS 35,42
	TERMINAL	DATA DO ESCALONAMENTO	PREÇO PÚBLICO
	Brazlândia Veredas BRT CAUB BRT Granja do Ipê BRT Park Way BRT Periquito BRT Santos Dumont BRT SMPW BRT Vargem Bonita Ceilândia P Sul Ceilândia P Norte Ceilândia Setor O Ceilândia QNQ/QR Cruzeiro Novo Gama Sul Guará I Guará II Itapoá Núcleo Bandeirante Recanto das Emas I Recanto das Emas II Riacho Fundo I Riacho Fundo II Samambaia Norte Samambaia Sul Santa Maria Q.401 Sciã/Estrutural Sobradinho II Sobradinho-Mini Taguatinga M Norte Várzea Vicente Pires	1 de janeiro	RS 13,27
		1 de fevereiro	RS 14,56
		1 de março	RS 15,85
		1 de abril	RS 17,14
		1 de maio*	RS 18,43

* O valor alcançado no mês de maio de 2018 será o praticado para os demais meses de 2018, conforme seu respectivo nível.

** Valor a ser atualizado pelo IGPM, ou outro índice que o substitua, em janeiro de 2019.

*** Esses terminais terão a cobrança fixada para o nível III, temporariamente, qual seja, preço público de R\$ 18,43, conforme decisão exarada nos autos do processo administrativo nº 0098.000.472/2017.

Art. 2º O preço público final de que trata o artigo anterior será corrigido anualmente com base no Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM ou em outro índice que o substitua.

Art. 3º Os novos preços tratados no artigo 1º serão devidos a partir do dia 01/01/2018.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

LÉO CARLOS CRUZ

Este texto não substitui o publicado no DODF nº 152 de 09/08/2017

Setor Protocolo Legislativo
RD Nº 3783 / 2018
Folha Nº 09 *WHL*

Setor Protocolo Legislativo
PD Nº 387 / 2018
Folha Nº 09 *mc*

Assunto: Distribuição do **Projeto de Decreto Legislativo nº 387/18** que “Susta os efeitos da instrução nº 187, de 07 de agosto de 2017, editada pelo transporte urbano do Distrito Federal, fixando novos preços públicos a serem praticados para utilização dos espaços públicos dos terminais rodoviários do Distrito Federal das estações do BRT, mensalmente cobrados proporcionalmente à área ocupada”.

Autoria: Deputado(a) Claudio Abrantes (PDT)

Ao **SPL** para indexações, em seguida ao **SACP**, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, em análise de mérito e admissibilidade na **CCJ** (RICL, art. 63, III, “j” e inciso I).

Em 20/06/18



MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Legislativo

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 3783 / 2018

Folha Nº 09 de 10

Setor Protocolo Legislativo

PDL Nº 387 / 2018

Folha Nº 10 de 10

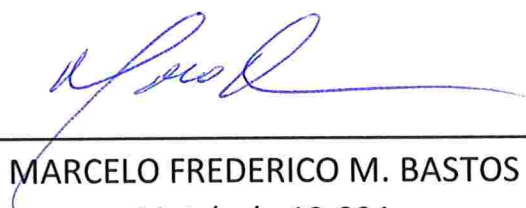
Assunto: Distribuição do Requerimento nº 3.783/18.

Autoria: Deputado (a) Claudio Abrantes (PDT)

Ao **SPL** para indexações, em seguida a Secretaria Legislativa, para providências cabíveis:

- a) Juntada a proposição; e
- b) Análise da admissibilidade do Requerimento (Art. 175 do RI).

Em 12/12/18



MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo
RQ N° 3783 / 2018
Folha N° 10 *WMS*